

Transporte coletivo e tarifa

X 065

AD 20718

João Luiz Paste

A implantação do Projeto Transcol, a partir de 1985/86, foi saudada como uma revolução necessária no setor de transportes urbanos da Grande Vitória. Apesar do longo tempo necessário à sua execução, dadas as dificuldades operacionais e, principalmente, financeiras, a população foi se apropriando de seus benefícios, aprovando o projeto. A sua utilização política em recente campanha eleitoral comprova seu acerto, tendo sido utilizado como exemplo para outras áreas, daí surgindo os chamados Transcol da Saúde, da Educação, da Segurança Pública, etc.



Atualmente o Projeto passa por profunda crise, cujos problemas precisam ser superados rapidamente sob pena de comprometer tudo o que foi feito.

O custo da tarifa cobrada do usuário compromete seu orçamento familiar, dificultando o acesso de parcelas da população a esse serviço público essencial.

As empresas operadoras reclamam que a remuneração, a partir da arrecadação das tarifas, não é suficiente para cobrir os custos de produção dos serviços, gerando déficits que comprometem a operacionalidade das empresas.

O poder público é chamado a apresentar alternativas, apressando a tomada de decisões que nem sempre resolvem os problemas existentes.

Se, por um lado, decisões políticas vêm definindo o valor da tarifa abaixo de cálculos técnicos da

Ceturb-GV, estes valores estão ainda acima daqueles aceitáveis pela população.

Aqui é necessário reforçar a diferença entre custo do serviço e valor da passagem. O primeiro refere-se a tudo o que se gasta para a produção do serviço de transporte (frota, mão-de-obra, combustível, pneu, impostos e taxas, etc). O segundo é aquele valor cobrado do usuário cada vez que ele roda a catraca do ônibus ou do terminal.

Historicamente, na Grande Vitória, o custo de todo o sistema de transporte vinha sendo igualado ao valor total arrecadado através da cobrança da tarifa.

Ou seja, através de cálculos não muito complexos apurava-se quanto custa produzir o serviço para toda a população, montante este que dividido pelo total de usuários daria o valor real da tarifa.

O cálculo inverso mostra que o nú-

mero de usuários multiplicado pelo valor da tarifa dará um montante de dinheiro igual ao custo de produção do serviço.

Nos últimos meses, em função dos altos valores da tarifa, o poder público vem tomando decisões que quebram esta igualdade, comprometendo a qualidade do serviço oferecido à população.

Esta situação reforça a necessidade de se apresentarem urgentes medidas que solucionem a desigualdade da equação. Não se pode, entretanto, ser tentado a adotar soluções simplistas e mágicas que mascaram e não resolvem definitivamente o problema colocado. Num próximo artigo serão aprofundadas algumas questões aqui colocadas.

João Luiz Paste é engenheiro e ex-secretário de Transporte da PMV

PASTE, João Luiz. Transporte coletivo e tarifa. A Gazeta Vitória, 26 març 1993. 1 C. p. 5. C. 3.4.5 e 6